

Para salvar os orelhudos

Risco de extinção dos jumentos no Brasil mobiliza pesquisadores e criadores

MARIANA CECI

Você já experimentou leite de jumentata? Se não, experimentaria? Tem baixo teor de gordura, é indicado para quem tem intolerância alimentar e sua composição o faz ser cogitado como alimento para recém-nascidos que não podem receber leite materno ou de vaca. A busca por novas formas de valorização dos jumentos tem se tornado um dos principais meios para evitar a extinção desses animais, também chamados de asnos ou jegues (*Equus africanus asinus*). Dóceis, fortes e dotados de orelhas enormes, os jumentos nordestinos – uma das três raças brasileiras – correm o risco de desaparecer até 2030, em consequência do abate desenfreado para produção de um composto com supostas propriedades rejuvenescedoras da medicina tradicional chinesa.

Pesquisadores e criadores se mobilizam para evitar o extermínio e ressaltar a importância genética desses animais, usados no transporte de cargas e pessoas e na agricultura desde o início da colonização. No III Workshop Internacional Jumentos do Brasil, realizado em junho de 2025 em Maceió (AL), foi divulgada a “Declaração de Maceió – Estado de emergência: Extinção do jumento nordestino”, alertando para a redução de 94% do rebanho nacional de asininos (jumentos e jumentas), que caiu de 1,3 milhão em 1997 para 78 mil em 2025, de acordo com estimativas de

pesquisadores baseadas em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura e Pecuária (SIF-Mapa) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Segundo o Mapa, 248 mil animais foram abatidos, uma média de 113 por dia, entre 2018 e 2023. Enquanto no século passado o interesse estava na carne do jumento, atualmente a motivação é a pele dos animais, utilizada na produção de um composto chamado ejiao. Feito com o colágeno extraído da pele dos jumentos, é bastante consumido na China e vendido on-line por até US\$ 920 o quilograma (kg). De acordo com a organização não governamental britânica The Donkey Sanctuary, o consumo de ejiao impõe a necessidade de matar 6 milhões de jumentos por ano.

A procura pelo composto praticamente dizimou a população de jumentos em países como Quênia e Togo. Para evitar a extinção da espécie, a União Africana decretou em fevereiro de 2024 uma moratória de abate desses animais por 15 anos em seus 55 países-membros. Na Itália, onde as populações sofreram uma redução de 95% entre 1939 e 1996, os jumentos voltam a ser valorizados para a produção de carne e leite ou para uso no lazer e turismo. No Brasil, algumas cidades, como Jericoacoara, no Ceará, e Cairu, na Bahia, proibiram o uso de jumentos para puxar charretes e

Jumento da raça
pêga, usado para
a produção de
mulas, em sítio no
interior paulista



outros veículos de tração animal após denúncias de maus-tratos. Na contramão do movimento de preservação da espécie, uma decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), publicada em novembro de 2025, reconheceu a legalidade do abate de jumentos no Brasil.

Os animais abatidos para extração de colágeno são capturados à beira de estradas, aonde chegam depois de serem abandonados. Criá-los, visando a produção de ejiao, não seria economicamente viável, na avaliação da bióloga Patrícia Tatemoto, representante da Donkey Sanctuary na América Latina. A gestação dura 12 meses e cada animal precisa viver por cerca de três anos até atingir o peso de abate, o que eleva o custo de produção para cerca de R\$ 2 mil – muito acima do valor de mercado de um jumento nordestino, que não costuma ultrapassar R\$ 180. “A China, mesmo com subsídios governamentais, não consegue criar jumentos na velocidade necessária para

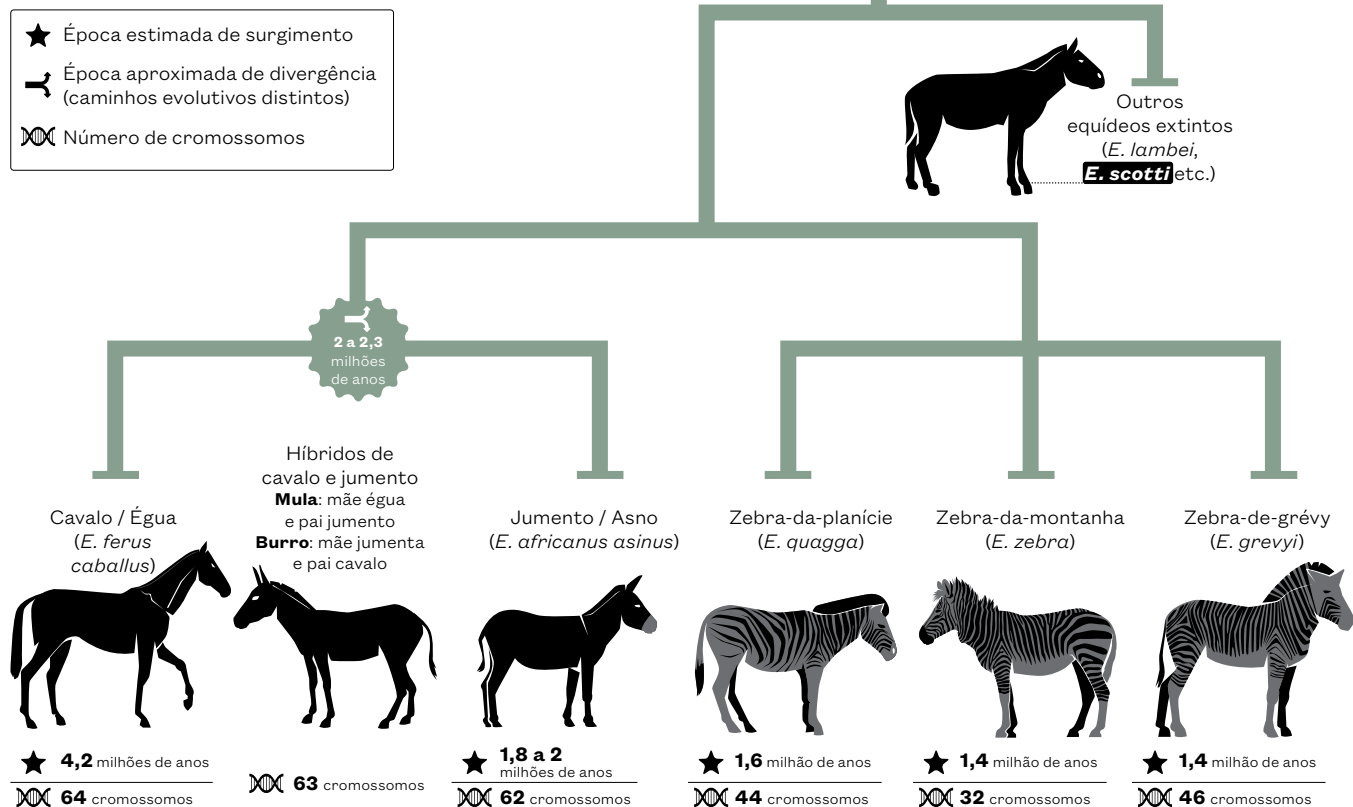
atender à demanda. Por isso, a busca se deslocou primeiro para países africanos e, agora, para o Brasil”, diz Tatemoto.

Essa forma de exploração, além de acarretar a redução populacional, oferece riscos à saúde pública. A falta de controle sanitário favorece a transmissão de zoonoses – doenças que podem passar do animal para o ser humano –, especialmente quando o abate e o processamento da carne são feitos com baixa fiscalização. O médico-veterinário Pierre Barnabé Escodro, com sua equipe da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), analisou amostras de 104 animais destinados ao abate e identificou problemas graves de saúde, como má nutrição, inflamação sistêmica e sinais de maus-tratos, como argumentado em um estudo publicado em março de 2025 na revista *Animals*.

Em 2019, equipes da Donkey Sanctuary, de outra organização não governamental, o Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, e da Universidade Federal da Bahia (UFBA) resgataram cerca de mil jumentos em uma fazenda entre Euclides da Cunha e Canudos, na Bahia. Parte

Parentes distantes

Jumentos, cavalos e zebras descendem de um ancestral comum e depois seguem caminhos evolutivos próprios



FONTES ORLANDO, L. ET AL. NATURE. 2013/MUSILOVA, P. ET AL. CHROMOSOME RESEARCH. 2013/BAILEY, E. E BINNS, M. W. ILAR JOURNAL. 1998



Jumento nordestino ajuda no transporte de sisal em Valente, na Bahia

deles havia sido abandonada com a suspensão temporária do abate determinada pela Justiça. A médica-veterinária da UFBA Thereza Bittencourt acolheu 166 em sua fazenda, mas muitos não resistiram às doenças que já haviam contraído. “Herpes, anemia... Para cada doença que testávamos, o resultado era positivo”, ela conta. Do grupo inicial, restaram cerca de 70. “Depois do resgate, não consigo mais ouvir alguém chamando outro de jumento de forma pejorativa. São animais muito inteligentes e carinhosos”, afirma Bittencourt.

Um caminho cogitado para reduzir o abate está na intensificação do uso do leite de jumenta, já vendido na Itália, França e outros países da Europa. Seu poder nutritivo chama a atenção. Em comparação com o leite humano, de camela, vaca, búfala, ovelha, cabra e égua, o de jumenta tem alto teor de peptídeos bioativos, como são chamadas as cadeias curtas de aminoácidos com ações antioxidantes e anti-inflamatórias, de acordo com um estudo da Faculdade de Engenharia de Alimentos da Universidade Estadual de Campinas (FEA-Unicamp) publicado na revista *Amino Acids* em março de 2022. Por enquanto, como a produção é limitada, o litro do leite de jumenta chega a custar R\$ 125. Já o queijo, um dos mais caros do mundo, é vendido por R\$ 3 mil o kg no Brasil e o equivalente a R\$ 8 mil na Europa.

Uma jumenta da raça nordestina pode produzir cerca de 5 litros (L) por dia, menos que os 20 a 30 L diários, em média, de uma vaca. Como as propriedades nutritivas compensam a produtividade, uma equipe da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (Ufape) examina a viabilidade de utilizar esse leite em unidades de terapias intensivas (UTIs) neonatais e contribuir para o reabastecimento dos bancos de leite. “O fato de o soro do leite de jumenta ter mais aminoácidos livres que o do leite de vaca faz com que seja mais fácil de digerir e provoque menos alergias”, comenta o zootecnista Jorge Lucena, coordenador da pesquisa.

O trabalho começou em 2018, quando pesquisadores da Ufape foram procurados pela Polícia Rodoviária Federal em busca de alternativas para reduzir acidentes causados por jumentos nas rodovias. Com a popularização das motocicletas, o animal – antes essencial para o transporte e o trabalho no campo – passou a ser visto por muitos como símbolo de atraso. Parte da população de jumentos então foi abandonada e passou a vagar pelo sertão. Lucena explica que os animais remanescentes costumam buscar o calor do asfalto à noite, aumentando o risco de colisões.

A ideia de aproveitar o leite em UTIs neonatais ganhou força quando os pesquisadores identificaram estudos realizados na Itália, onde está previsto em lei o fornecimento de leite de jumenta para recém-nascidos impossibilitados de receber leite materno. “Estamos na fase final dos chamados testes de prateleira, que avaliam a estabilidade, prazo de validade e segurança do produto armazenado. Depois, seguiremos para os testes clínicos, com as equipes médicas, para ver se o leite de jumenta poderia efetivamente ser uma alternativa para os recém-nascidos”, afirma Lucena.

Outra forma de proteção da espécie avançou pouco. Em agosto de 2024, instituições de proteção aos animais solicitaram ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) o registro do jumento como patrimônio cultural do país. O pedido foi negado, mas não faltam referências à cultura – e não só do Brasil. Longe da imagem moderna de pouca inteligência, o jumento aparece, como símbolo de humildade e de trabalho duro, em hieróglifos, nas *Fábulas* do escritor grego Esopo (564 a.C.-620 a.C.), no Alcorão e na Bíblia. Na canção *Apologia ao jumento*, um clássico da cultura popular, o compositor Luiz Gonzaga (1912-1989) entoa: “O jumento é nosso irmão! Sim! O jumento é nosso irmão/ Quer queira ou quer não!”.

O dócil animal é também lembrado pelo escritor João Guimarães Rosa (1908-1967) em seu primeiro livro de contos, *Sagarana*, de 1946, e pelo compositor Chico Buarque, na peça teatral *Os saltimbancos*, que estreou em 1976.

Em seu laboratório da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a médica-veterinária Carla Molento tenta desenvolver um equivalente ao ejiao com a chamada zootecnia celular, uma área nova de pesquisa, que visa a produção de carne sem a necessidade de criar e abater animais. Em fase inicial, o trabalho consiste em introduzir em leveduras e bactérias trechos do DNA do jumento que induzem a produção de colágeno.

Essa técnica, observa Molento, já é usada para produzir queijos e hambúrgueres vegetais (ver Pesquisa FAPESP nºs 302 e 339). Se os microrganismos também produzirem colágeno de modo a ampliar a escala de produção e os consumidores aceitarem, o ejiao engenheirado dispensaria a necessidade de sacrificar jumentos.

Na “Declaração de Maceió”, os pesquisadores mencionam também o patrimônio genético representado pelos asininos. Descendente direto do asno selvagem, o jumento começou a ser domesticado na África, possivelmente na região do atual Quênia, por volta de 5 mil antes de Cristo (a.C.). De acordo com análises comparativas de 158 genomas lideradas por pesquisadores da Universidade Paul Sabatier, de Toulouse, na França, e publicadas em setembro de 2022 na *Science*, a domesticação ocorreu durante a desertificação do Saara, quando as populações humanas passaram a depender dos animais para transporte. Sua dispersão pela Europa e Ásia se deu a partir de 2,5 mil a.C.

Os primeiros jumentos chegaram ao Brasil em 1534, na capitania de São Vicente, trazidos dos arquipélagos da Madeira e das Canárias pelo

militar português Martim Afonso de Souza (1500–1564). Em 1549, o primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa (1503–1579), levou para a Bahia jumentos de Cabo Verde. Cruzando entre si e com outras variedades que chegaram depois, aos poucos formaram três grupos nativos (raça): o jumento nordestino, o brasileiro e o pêga, diferenciados à primeira vista pelo porte. O jumento nordestino, o menor deles e o mais ameaçado de extinção, pesa entre 110 e 120 kg, é bastante resistente ao calor e à seca e deriva majoritariamente da ramificação Nubiana. De porte intermediário, de 170 a 180 kg, o brasileiro é ligado à ramificação Somali, como o pêga, o mais avantajado, que pode ultrapassar 300 kg. O porte afeta diretamente o valor dos jumentos: enquanto um jumento nordestino, em feiras, pode custar R\$ 20, um da raça pêga pode chegar a R\$ 35 mil.

Uma equipe coordenada pelo zootecnista Gregório Miguel Ferreira de Camargo, da UFBA, analisou o DNA de 30 animais e concluiu que os três grupos descendem de duas linhagens distintas de domesticação, as mesmas que formaram as raças europeias. “A história da ocupação do território brasileiro ajuda a explicar a diversidade genética de nossos jumentos, porque a colonização começou no Nordeste, onde se originou o jumento nordestino, e avançou para o Sudeste, berço do jumento pêga”, comenta Escodro, um dos autores do estudo publicado em agosto de 2022 na revista *Tropical Animal Health and Production*. A linhagem mais recente é a do jumento brasileiro, resultado do cruzamento de raças de origem italiana.

Em um sítio em Indaiatuba, um dos 75 criadores paulistas reconhecidos pela Associação Brasileira dos Criadores de Jumento Pêga (AB-CJPêga), que a reportagem de *Pesquisa FAPESP* visitou no início de outubro, o fazendeiro César Barnabé, da Agropecuária Barnabé, cria cerca de 70 jumentos para a produção de mulas. Esses animais são resultantes do cruzamento de jumentos com éguas, fêmeas de uma espécie-irmã, o cavalo (*Equus caballus*). Mulassas ou burros normalmente são estéreis por causa da incompatibilidade genética (o cavalo tem 64 cromossomos e o jumento 62).

“As mulas são muito valorizadas para transporte de carga nas fazendas”, explica Barnabé, que faz parte da terceira geração de criadores de equídeos da família. “São animais mansos, resistentes, com poucas doenças e com baixo custo de manutenção.” Nas baias, os jumentos aceitavam o carinho do dono e dos visitantes enquanto comiam uma mistura de palha com trigo. ●

Os artigos científicos consultados para esta reportagem estão listados na versão on-line.

O ejiao tem a forma de tabletes ou cápsulas

